Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sábado, domingo e segunda-feira, 7, 8 e 9 de setembro de 2024
Ano CVII ● Número 29.691
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

ÚLTIMO TRUNFO DE MACRON

Macron nomeia Michel Barnier como primeiro-ministro a fim de superar impasse político. Por Edoardo Pacelli, **página 2**

A MÍDIA, O CINTURÃO E ROTA E O BRASIL

Fórum de Mídia do Cinturão e Rota atrai profissionais do Brasil, que estuda entrar na Iniciativa. Por Marcos de Oliveira, **página 3**

DIA DA AMAZÔNIA

5 de dezembro, Dia da Amazônia: biodiversidade perdida e os gases tóxicos emitidos afetam a todos, de Norte a Sul. Por Ana Rita Albuquerque, **página 4**

Renda média do trabalhador tem alta interanual de 5,8%

Maiores de 60 anos tiveram maiores aumentos

O crescimento interanual da renda habitual média dos trabalhadores brasileiros foi de 5,8%. É o que mostra estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) nesta sexta-feira, que apontou que os rendimentos do trabalho no segundo trimestre apresentaram uma nova elevação em relação ao trimestre anterior. No entanto, estimativas mensais indicam que o rendimento habitual médio real alcançou o pico de R$ 3.255 em abril deste ano, recuando para R$ 3.187 em julho de 2024, uma redução de 2,1%.

A nota Retrato dos Rendimentos do Trabalho – Resultados da PNAD Contínua do Segundo Trimestre de 2024, que teve como base os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que os trabalhadores por conta própria, empregados sem carteira e do setor público apresentaram um crescimento interanual da renda acima de 7% no segundo trimestre deste ano (7%, 7,9% e 7,4% respectivamente). Por sua vez, os trabalhadores privados com carteira registraram um crescimento de 4,4%, mantendo taxas de crescimento mais lento que as demais categorias desde o início de 2023.

Os maiores aumentos na renda, em comparação ao quarto trimestre de 2022, foram observados na Região Nordeste (8,5%), entre os trabalhadores acima de 60 anos de idade (8,8%), e com ensino superior (5,7%). Apenas trabalhadores com ensino fundamental incompleto ou com escolaridade inferior apresentaram um fraco aumento na renda (1,1%). O crescimento foi menor para os que habitam no Centro-Oeste (3,3%), entre os jovens de 14 a 24 anos (3,6%) e em regiões metropolitanas (4,4%).

Os rendimentos habituais recebidos pelas mulheres, que vinham mostrando desempenho inferior ao dos homens em anos anteriores, apresentaram ao longo de 2023 um crescimento interanual maior que o dos homens (no quarto trimestre, 4,2% contra 2,5% da renda habitual). No segundo trimestre deste ano, entretanto, o crescimento da renda foi novamente superior entre os homens (6,2% para homens e 5,2% para mulheres).

Em termos setoriais, os piores desempenhos da renda habitual ocorreram nos setores de construção, agricultura e serviços profissionais, com queda interanual de 1%, e aumentos de 0,5% e 2,1%, respectivamente. Já os trabalhadores da indústria e da administração pública apresentaram crescimento superior a 8%.

FIDCs superam ganhos em CDI, ações e fundos imobiliários

Inadimplência de quase 11% não prejudicou rentabilidade

Por Gilmara Santos, especial para o Monitor

Os FIDCs (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) estão ganhando destaque e já superam os investimentos em ações e renda fixa. De acordo com Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike, nos últimos 12 meses a rentabilidade do IMRF (Índice Multiplike de Rentabilidade dos FIDCs) chegou a 14,13%, enquanto para o CDI foi de 10,93%, 5,87% para o Ibovespa (ações), 6,99% para a poupança e 4,20% para o Ifix (fundos imobiliários).

Em 2024, o IMRF apresenta rentabilidade de 7,88%, frente a 6,01% do CDI, queda de 4,75% do Ibovespa, 3,91% da poupança e 0,58% do Ifix. "Esse número não nos surpreende. Em diversos meses, os FIDCs foram os melhores investimentos do País nos últimos anos; entretanto, não existia um índice oficial que mostrasse isso de forma clara", explica Eyng.

Vale ressaltar que a inadimplência neste último mês se manteve praticamente estável com percentual de 10,81% de vencidos da carteira total dos FIDCs. Mesmo com este dado, a rentabilidade para o investidor não foi prejudicada. "Esse mercado se multiplicará por algumas vezes nos próximos cinco anos, assim como aconteceu com os fundos imobiliários, e quem estiver bem posicionado, tanto na entrega de resultados consistentes, como na comunicação, surfará essa onda", considera Eyng.

João Peixoto Neto, CEO da Ouro Preto Investimentos, destaca que o FIDC é a classe de fundos Anbima que mais tem crescido, tanto em volume de recursos como em número de fundos. "Prevejo que esse crescimento será exponencial, porque agora pode ser destinado investidores de varejo e vai se tornar investimento popular assim como fundo imobiliário", diz.

"É a renda fixa turbinada, renda fixa que paga mais do que o título público", complementa Peixoto ao destacar que o Brasil tradicionalmente investe muito em título público porque no longo prazo, conforme dado histórico, vence outros tipos de investimento da renda variável. "Agora, imagina a cota do FDIC, que paga mais do que a Selic, tem que pagar rentabilidade maior porque tem risco associado ao crédito privado na comparação com o título público, que é considerado um ativo livre de risco", finaliza Neto.

Volnei Eyng comenta que está criando o Índice Multiplike de Rentabilidade dos FIDCs (IMRF), que fará uma análise mensal das cotas sênior dos 16 maiores FIDCs da categoria fomento mercantil, sendo multicedente/multissacado (fundo de investimento que possui múltiplos originadores e múltiplos devedores em sua composição, permitindo uma diversificação de risco) que juntos possuem um PL total de R$ 15 bilhões, equivalente a aproximadamente 32% de todo o mercado.

Peterson Rizzo, especialista em investimentos da Multiplike, ressalta que diversos fatores contribuem para mitigar o risco de inadimplência dos FIDCs, oferecendo segurança aos investidores. "É crucial entender esses fatores que ajudam a reduzir o risco e proporcionam maior confiança para o investidor. Um dos principais mecanismos é a estrutura de subordinação dos FIDCs. Nesta estrutura, temos a cota júnior, que geralmente pertence aos controladores, e a cota subordinada mezanino. Juntas, essas cotas fornecem uma camada adicional de proteção ao cotista sênior, absorvendo primeiramente as perdas, se houver", explica.

EUA: corte de juros pode ser maior que o esperado

O Departamento de Estatísticas do Trabalho (BLS em inglês) divulgou nesta sexta-feira pela manhã que, em linha com as expectativas, a taxa de desemprego nos EUA em agosto caiu ligeiramente atingindo 4,2% e interrompendo a tendência de alta observada desde abril (quando estava 3,8%).

Em agosto de 2023 a taxa de desemprego estava em 3,8%. Já os dados de contratações (payroll) vieram novamente abaixo das projeções ao registrar a criação de 142 mil novas vagas (o consenso estava em 164 mil vagas).

Os novos empregos foram puxados pela construção civil e serviços de saúde. Na direção contrária, houve redução nas contratações dos setores de manufatura. Nos demais segmentos foi registrada estabilidade. O resultado vem reforçar a percepção de um enfraquecimento mais evidente no mercado de trabalho após as divulgações de números fracos nas últimas semanas.

Segundo Sidney Lima, analista CNPI da Ouro Preto Investimentos, "a criação de 142 mil empregos em agosto nos EUA, abaixo das expectativas, seguem validando um mercado de trabalho em desaceleração, apesar da surpresa positiva no aumento dos salários. Com isso, é provável que o Fed adote uma postura mais incisiva em relação aos cortes de juros. Embora a inflação ainda esteja acima da meta, a fraqueza do mercado de trabalho acaba sendo um sinal de que uma flexibilização monetária mais intensa é necessária. A mudança nas apostas de acordo com o CME, acabam sendo uma consequência dessa divulgação de payroll que fez com que agora o mercado passe a acreditar que a maior probabilidade passa a ser o corte de 0,50% na taxa."

"Apesar da relativa estabilidade na taxa de desemprego, os números de contratações líquidas mais uma vez abaixo do esperado contribuem para reforçar o cenário de enfraquecimento no mercado de trabalho. De um lado, temos a certeza de que o ciclo de cortes na taxa de juros vai mesmo iniciar em setembro. De outro, aumentam as dúvidas sobre qual será o movimento inicial e as sinalizações para a extensão e profundidade do ciclo. Antes da divulgação do relatório de emprego as apostas indicavam um corte de 0,25 ponto percentual com 60% de probabilidade. Após o conhecimento dos números, o cenário se inverteu com o mercado atribuindo 60% de probabilidade para um corte de 0,50", antecipa Danilo Igliori economista-chefe da Nomad.

Alimentos estão 25% mais baratos que em 2022

O Índice de Preços de Alimentos (FFPI) ficou em 120,7 pontos em agosto de 2024, ligeiramente abaixo do seu valor revisado para julho. O índice global calculado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) apontou que as reduções nos preços de açúcar, carne e cereais superaram os aumentos nos de óleos vegetais e laticínios.

Comparado aos níveis históricos, o FFPI em agosto teve uma média 1,1% menor do que seu valor correspondente há um ano e 24,7% abaixo do seu pico de 160,3 pontos alcançado em março de 2022.

O Índice de Preços de Cereais da FAO teve queda de 0,5% em relação a julho e de 11,9% em relação ao seu valor de agosto de 2023. O Índice de Preços de Arroz da FAO aumentou 0,6% em agosto.

O Índice de Preços de Óleo Vegetal teve alta de 0,8% mês a mês, atingindo o nível mais alto desde janeiro de 2023.

O Índice de Preços de Laticínios subiu 2,2% em relação a julho e 14,2% na comparação com um ano atrás. As cotações internacionais de preços para todos os produtos lácteos aumentaram em agosto.

O Índice de Preços da Carne caiu 0,7% em relação a julho, mas ainda está 3,7% acima do seu valor correspondente no ano passado. As cotações internacionais de preços para carne de aves caíram em agosto, refletindo os efeitos persistentes da suspensão voluntária de exportação relacionada à doença de Newcastle nos preços brasileiros, apesar de o governo declarar o fim do surto uma semana após seu anúncio.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,6008
Dólar Turismo	R$ 5,8160
Euro	R$ 6,2102
Iuan	R$ 0,7897
Ouro (gr)	R$ 450,90

ÍNDICES

IGP-M	0,29% (agosto)
	0,61% (julho)
IPCA-E	
RJ (junho)	0,38%
SP (junho)	0,38%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

É tudo ou nada: o último trunfo de Macron

Por Edoardo Pacelli

Depois de um impasse que durou muito tempo, com o risco de desestabilizar os mercados, Macron nomeia Michel Barnier, o antigo negociador do Brexit, como primeiro-ministro. A sólida relação com a UE e a aprovação do centro-direita ajudaram o conservador de 73 anos a enfrentar os novos desafios econômicos.

De fato, só um negociador experiente, como Barnier, poderia ter a oportunidade, sendo primeiro-ministro, de tentar tirar a França e Emmanuel Macron do impasse em que caíram após as eleições, há dois meses. Entretanto, como nenhum partido obteve a maioria absoluta nas eleições antecipadas, a ruptura política das alianças contribuiu para a crise de liderança do presidente.

A escolha de Barnier se deve ao fato de que o antigo negociador do Brexit (saída do Reino Unido da UE) ocupou dois importantes cargos estratégicos: comissário europeu e ministro dos Negócios Estrangeiros, além de pertencer ao partido de centro-direita, Les Républicains. Posteriormente, foi responsável pelas relações da Comissão Europeia com o Reino Unido, nas quais geriu o Brexit — um passo crucial.

Aqueles que o criticam, ou seja, a esquerda, argumentam que o chefe do governo deveria refletir a clara preferência dos eleitores franceses pelo partido de esquerda, a Nova Frente Popular. Mas, se fosse esse o caso, o mesmo pedido poderia partir daqueles que venceram o primeiro turno das eleições, o Rassemblement National (RN), de Bardella.

Parece claro que o forte vínculo de Barnier com a UE pode ter desempenhado papel significativo na escolha do inquilino do Palácio Matignon. Não é por acaso que um dos primeiros sinais positivos veio da presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, segundo a qual o novo primeiro-ministro francês tem “no coração” os interesses da Europa.

Mas como votará o partido de Le Pen? A direita francesa já deixou claro que só lendo o programa do novo primeiro-ministro decidirá se o apoia ou não: “Vamos esperar para ver o discurso político do senhor Barnier”, disse Le Pen, cujo partido tem o maior número de assentos na câmara baixa após as eleições antecipadas de julho.

À esquerda, porém, o líder da LFI (La France Insoumise), Jean-Luc Mélenchon, explicou que o fato de o presidente Macron ter nomeado um político de direita significa que as eleições foram “roubadas dos franceses”. Os ecologistas terão que explicar à Assembleia a força que a extrema-direita tem hoje: “No final, sabemos quem decide: o nome dela é Marine Le Pen. Foi a ela que Macron decidiu submeter-se.”

Os macronistas não parecem muito entusiasmados. Segundo eles, os 99 deputados da Renaissance não votarão pela “censura automática”, mas farão “pedidos substanciais, sem cheque em branco”. Entre os mais críticos está Sacha Houllié, cofundador da Juventude com Macron, enquanto a luz verde vem do candidato às próximas eleições presidenciais, Edouard Philippe.

O primeiro obstáculo que Barnier terá de enfrentar será, evidentemente, a gestão parlamentar das reformas. Mas, antes disso, há a questão do orçamento a abordar, cujos prazos são muito estreitos, circunstância que poderá levar a uma votação de desconfiança se as outras partes não estiverem satisfeitas.

A situação fiscal do país é complexa. Por um lado, o RN, de direita, pede a redução do IVA sobre a eletricidade, o gás e os combustíveis, de 20% para 5,5%. Por outro lado, a esquerda, da Nova Frente Popular, responde exigindo ruidosamente mais impostos, como, por exemplo, o imposto sobre heranças. Além disso, existe um quadro econômico caracterizado pela crise no desenvolvimento imobiliário (com os preços dos imóveis prontos para subir em 2025) e pelo aumento das taxas de crédito.

Edoardo Pacelli é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista Italiamiga e vice-presidente do Ideus.

O poder da tecnologia na educação pública

Por Yago Ondersem.

Segundo o Censo Escolar de 2023 (INEP, 2024), o Brasil possui 137.208 escolas públicas estaduais e municipais, das quais apenas 85.039 (62%) têm acesso à internet voltado para a aprendizagem. O dado revela uma lacuna significativa, mostrando a necessidade urgente de investir em tecnologia na educação. Contudo, o que inicialmente parece um obstáculo pode ser transformado em uma oportunidade para transformar a educação pública do país.

Isso porque a tecnologia pode desempenhar um papel crucial na superação das deficiências de infraestrutura das escolas públicas, promovendo uma experiência educacional mais rica e eficiente. No entanto, para isso, é necessário reduzir a disparidade de acesso às soluções tecnológicas no ambiente escolar.

Até porque o cenário atual é preocupante. Nas escolas federais de ensino fundamental, o acesso à internet é de 89,8%, enquanto nas estaduais é de 79,1% e nas municipais, de 55,6%. No ensino médio, os números são 93,8% nas federais, 79,5% nas estaduais e 73,5% nas municipais. Além disso, apenas 36,7% dessas instituições fornecem internet aos alunos, o que impede muitos estudantes de acessarem recursos digitais que enriquecem o processo de aprendizagem.

Para os alunos, o acesso à tecnologia oferece aprendizado personalizado e interativo, aumentando o engajamento e preparando-os para o futuro digital. Ferramentas como jogos e simulações tornam o aprendizado mais dinâmico, enquanto a adaptação às necessidades individuais maximiza a eficácia do ensino.

Avaliando além do viés acadêmico em si, professores e a própria gestão escolar também se beneficiam do uso de recursos modernos no dia a dia. Pensando pelo lado dos educadores, a tecnologia otimiza o tempo, permite o acesso a materiais didáticos inovadores e facilita a comunicação com alunos e pais. Já para as instituições, as ferramentas contribuem para a melhora no desempenho dos estudantes, com aumento das taxas de aprovação e redução da evasão. Softwares de gestão facilitam ainda o acompanhamento do desempenho, o controle de recursos e a comunicação com a comunidade, alinhando-a com as demandas do século XXI.

Tempo de mudança

Para enfrentar as lacunas de infraestrutura tecnológica, especialmente nas escolas municipais, é essencial que os investimentos governamentais sejam aumentados, visando principalmente a aquisição de equipamentos e a instalação de infraestrutura de internet de alta qualidade. A integração de plataformas digitais e a adoção de soluções baseadas em nuvem, como lousas digitais e computadores, são outras medidas fundamentais.

Além disso, é crucial oferecer capacitação adequada aos professores para o uso eficaz das novas tecnologias. Segundo o INEP, 45% dos professores não receberam treinamento específico, o que limita o aproveitamento das ferramentas tecnológicas e pode gerar resistência às mudanças.

A manutenção e o suporte técnico também são itens fundamentais no processo. Dados da UFMG mostram que a ausência de suporte técnico adequado resulta em 40% das escolas enfrentando períodos prolongados de inatividade dos equipamentos, causando frustração e interrupções no aprendizado.

Formas de agir

Para superar os desafios, é fundamental que as escolas públicas adotem uma abordagem integrada na implementação de tecnologias educacionais. Alunos, professores e gestores devem receber suporte adequado para usar as ferramentas de forma eficaz, adaptando suas abordagens de ensino às novas tecnologias e, assim, garantir a melhoria contínua da qualidade da educação.

Outro passo que pode ser dado é o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada. Nesse caso, as secretarias de educação, tanto municipais quanto estaduais, desempenham um papel crucial no processo. Elas podem ajudar a conectar o setor privado com as escolas que necessitam de recursos tecnológicos, facilitando negociações e assegurando que as soluções oferecidas atendam às necessidades específicas das instituições. Os diretores, como responsáveis pela administração diária das escolas, também são pontos de contato fundamentais para efetivar esse tipo de parceria, pois têm uma visão clara das carências em infraestrutura e dos recursos necessários para melhorar o ambiente educacional.

Em relação às tecnologias emergentes, como inteligência artificial e realidade aumentada, que têm capacidade de transformar a educação pública ao personalizar o ensino e enriquecer a experiência de aprendizado, o indicado é que as escolas insiram rigorosos processos de segurança e privacidade dos dados dos alunos, visando à proteção dessas informações. Além disso, por conta da velocidade de desenvolvimento, é fundamental que haja um planejamento voltado para a atualização contínua dos equipamentos para evitar a obsolescência prematura e garantir a sustentabilidade a longo prazo.

O fato é que a tecnologia pode não ser a solução para todos os problemas da educação pública, mas é inegável que ela pode ser uma grande aliada, oferecendo um potencial enorme para transformar as salas de aula e preparar melhor os alunos. Afinal, ao transformar o ambiente escolar, transformamos também o futuro do nosso país.

Yago Ondersem é Diretor de Operações na Reeducation

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

A mídia, o Cinturão e Rota e o Brasil

Em 2017, quando participei do Fórum de Mídia do Cinturão e Rota em Dunhuang, China, a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI, sigla em inglês) estava em seus estágios iniciais. Pouco mais de 40 países haviam aderido. O projeto, lançado em 2013 pelo presidente da China, Xi Jinping, ganhou musculatura e no ano passado, nas cerimônias que marcaram os 10 anos do Cinturão e Rota, já eram mais de 150 países.

O Planeta está mudando. O mundo unipolar preso em torno da hegemonia financeira já não existe mais. A imensa desigualdade produzida por esse sistema não tem como se manter. A Iniciativa Cinturão e Rota, assim como o Brics, tem peso decisivo nessas mudanças. Os países em desenvolvimento, hoje conhecidos como Sul Global, ganharam peso e voz.

Essa voz se reflete no trabalho das mídias desses países, que desempenham papel fundamental nesse processo. Não se pode ver o mundo apenas com os óculos da mídia ocidental – leia-se, EUA e Europa Ocidental. É necessário que exista pluralidade, que todos possam conhecer o que se passa em todos os continentes, em todos os países. A emergência do Sul Global deve se refletir na mídia desses países.

Cerca de 30 profissionais da mídia brasileira participaram do Fórum de Mídia do Cinturão e Rota em Chengdu, em 28 de agosto, semana passada. Uma delegação capaz de rivalizar com a chinesa, a maioria foi convidada pelo Ministério das Relações Exteriores da China. Não é segredo que os chineses esperam a adesão do Brasil ao Cinturão e Rota em novembro, quando o presidente Xi Jinping deverá vir ao Brasil para a reunião do G20.

Muito se pergunta: o Brasil ganhará ingressando na Iniciativa? A resposta depende muito de nós próprios. Se houver a defesa dos interesses brasileiros – ou, como disse o presidente Lula, se o Brasil jogar como titular – a resposta é um inequívoco sim. Ainda como disse Lula, "a China é um parceiro essencial para o crescimento econômico e o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, e nosso País espera trabalhar com os chineses na luta contra a fome".

Os investimentos chineses no Brasil cresceram 33% em 2023 em comparação com o ano anterior e atingiram US$ 1,73 bilhão. Muito? É tanto quanto a Bolívia recebeu, menos que Botsuana (US$ 1,8 bilhão) e outros 7 países. A China já é nosso maior parceiro comercial. Trabalhar conjuntamente em infraestrutura e desenvolvimento tecnológico só levará esta relação para patamares superiores.

A pergunta que se poderia fazer é: o que o Brasil perderá se não integrar o Cinturão e Rota? Ficará de fora do movimento que aponta para o futuro da economia mundial. O mundo de conflitos e economia de papel cada vez mais fica no passado.

Rápidas

Para comemorar o Dia do Profissional da Administração, o CRA-RJ realizará evento híbrido sobre "Gestão das Inteligências", no auditório da Academia Brasileira de Letras (ABL), dias 11 e 12. Inscrição: cra-rj.adm.br/forms/encad-2024 *** A peça *Fémina – histórias de mulheres* fica até 22 de setembro no Teatro Café Pequeno no Leblon. Martha Paiva escreveu e atua no espetáculo *** O secretário municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Daniel Soranz, e o presidente da ANS, Paulo Rebello, estão entre os nomes confirmados para a abertura do 47º Congresso Mundial de Hospitais, de 10 a 12 de setembro, no Windsor Convention and Expo Center (RJ).

Ministro acusado de assédio é demitido

Lula considera insustentável a manutenção

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu na noite desta sexta-feira demitir o ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, depois das denúncias de assédio sexual. "O presidente considera insustentável a manutenção do ministro no cargo considerando a natureza das acusações de assédio sexual", informou a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, em nota.

A Polícia Federal abriu investigação sobre o caso. A Comissão de Ética Pública da Presidência da República também abriu procedimento preliminar para esclarecer os fatos. "O governo federal reitera seu compromisso com os direitos humanos e reafirma que nenhuma forma de violência contra as mulheres será tolerada", completou a nota.

Silvio Almeida estava à frente do ministério desde o início de janeiro de 2023. Advogado e professor universitário, ele se projetou como um dos mais importantes intelectuais brasileiros da atualidade ao publicar artigos e livros sobre direito, filosofia, economia política e, principalmente, relações raciais.

Seu livro Racismo Estrutural (2019) foi um dos dez mais vendidos em 2020 e muitos o consideram uma obra imprescindível para se compreender a forma como o racismo está instituído na estrutura social, política e econômica brasileira. Um dos fundadores do Instituto Luiz Gama, Almeida também foi relator, em 2021, da comissão de juristas que a Câmara dos Deputados criou para propor o aperfeiçoamento da legislação de combate ao racismo institucional.

Segundo a Agência Brasil, as denúncias contra o ministro Silvio Almeida foram tornadas públicas pelo portal de notícias Metrópoles na tarde desta quinta-feira (5) e posteriormente confirmadas pela organização Me Too. Sem revelar nomes ou outros detalhes, a entidade afirma que atendeu a mulheres que asseguram ter sido assediadas sexualmente por Almeida.

"Como ocorre frequentemente em casos de violência sexual envolvendo agressores em posições de poder, essas vítimas enfrentam dificuldades em obter apoio institucional para validação de suas denúncias. Diante disso, autorizaram a confirmação do caso para a imprensa", explicou a Me Too, em nota.

Segundo o site Metrópoles, entre as supostas vítimas de Almeida estaria a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, que ainda não se pronunciou publicamente sobre o assunto.

Horas após as denúncias virem a público, Almeida foi chamado a prestar esclarecimentos ao controlador-geral da União, Vinícius Carvalho, e ao advogado-geral da União, Jorge Messias. A Comissão de Ética da Presidência da República decidiu abrir procedimento para apurar as denúncias. A Secretaria de Comunicação Social (Secom) informou, em nota, que "o governo federal reconhece a gravidade das denúncias" e que o caso está sendo tratado com o rigor e a celeridade que situações que envolvem possíveis violências contra as mulheres exigem". A Polícia Federal (PF) informou nesta sexta-feiera que vai investigar as denúncias.

Em nota divulgada pela manhã, o Ministério das Mulheres classificou como "graves" as denúncias contra o ministro e manifestou solidariedade a todas as mulheres "que diariamente quebram silêncios e denunciam situações de assédio e violência". A pasta ainda reafirmou que nenhuma violência contra a mulher deve ser tolerada e destacou que toda denúncia desta natureza precisa ser investigada, "dando devido crédito à palavra das vítimas".

Reforma tributária: comércio teme perda de competitividade e alta de preços

Os setores de comércio e serviços apontam que a regulamentação da reforma tributária prevista no projeto em exame no Senado (PLP 68/2024) acarrete perda de competitividade das empresas do país, pois poderá aumentar o custo tributário, principalmente para os empreendimentos que estão atualmente dentro do Simples Nacional.

Representantes desses setores argumentam que, dessa forma, a tendência é que as empresas repassem adiante esse custo maior, aumentando o preço final para os consumidores. Essa foi a avaliação apresentada durante os debates promovidos na terça e na quarta-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A advogada Karoline Lima, da Câmara Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), informa que a entidade tem mais de 500 mil empresas associadas (90% delas micro e pequenas empresas), que, segundo ela, geram mais de 25 milhões de empregos no país.

"A grande maioria dessas micro e pequenas empresas do país optam pelo Simples Nacional e podem perder competitividade com a reforma tributária", diz Karoline.

Segundo ela, a proposta de regulamentação da reforma tributária em discussão no Senado diminui os créditos tributários que médias e grandes empresas obtêm ao comprar de micro e pequenas empresas que usam o Simples Nacional. Ou seja, os pequenos empreendimentos podem perder clientes para empresas maiores ou até para empresas estrangeiras.

"O creditamento, para quem comprar do Simples, uma empresa média e grande, vai ser um valor menor, o da alíquota paga dentro do Simples Nacional. Ou seja, as empresas que mais serão afetadas serão justamente aquelas empresas do Simples que têm como clientes empresas do lucro real e presumido. Uma média e grande empresa faz planejamento tributário, coloca na conta dela, quando ela vai comprar de um fornecedor, o quanto que isso vai reverter em crédito para ela."

Também chamado de Super Simples, o Simples Nacional é o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. É um regime tributário diferenciado e simplificado para favorecer as microempresas e empresas de pequeno porte. Considera-se microempresa a que obtém, a cada ano, receita bruta igual ou inferior a R$ 360 mil. Já a empresa de pequeno porte deve ter receita bruta anual superior a R$ 360 mil e igual ou inferior a R$ 4,8 milhões.

"É a micro e pequena empresa que gera emprego neste país. O pequeno empreendedor, que desenvolve o seu negócio nos cantos mais distantes, mais remotos, e nos centros do país, é que gera ali um desenvolvimento econômico na sua região. Tirar a possibilidade de aquela pequena empresa ser competitiva… A gente está falando em destruir empregos e destruir a possibilidade de desenvolvimento econômico."

STF mantém tramitação de processos contra Marcelo Odebrecht

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta sexta-feira manter a tramitação de processos da Operação Lava Jato contra o empresário Marcelo Odebrecht. A decisão foi tomada em um recurso protocolado em junho pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a decisão individual do ministro Dias Toffoli que suspendeu decisões da operação contra o empresário.

De acordo com a Agência Brasil, em maio deste ano, Toffoli entendeu que a suspensão é justificada porque houve conluio entre o ex-juiz Sergio Moro e procuradores da República que integravam a operação. O entendimento foi aplicado em decisões envolvendo outros investigados na operação. Em seguida, a procuradoria recorreu da decisão e entendeu que a decisão de Toffoli não pode ser estendida a Marcelo Odebrecht.

Ao analisar o recurso, por 3 votos a 2, o colegiado decidiu rever parte da decisão de Toffoli e entendeu que cabe à primeira instância analisar a suspensão dos processos. Contudo, foi mantida a anulação dos atos judiciais praticados pela Força-Tarefa da Lava Jato.

O entendimento contou com os votos de Toffoli, que reajustou seu próprio entendimento, e dos ministros Nunes Marques e Gilmar Mendes. André Mendonça e Edson Fachin ficaram vencidos.

MEIO AMBIENTE

Ana Rita Albuquerque

Dia da Amazônia

O Dia da Amazônia, em 5 de setembro, mereceria uma grande celebração, uma vez que o bioma Amazônico representa uma de nossas maiores fontes de vida e bem-estar. Afinal, os rios voadores da Amazônia são fundamentais para a manutenção do regime de chuvas no Brasil, irrigando as lavouras do país que nos fornecem os alimentos e geram riquezas, além da floresta representar um futuro mercado de crédito de carbono, sem mencionar os benefícios de emprego e renda que são e ainda serão gerados pelo aproveitamento sustentável da biodiversidade.

Em 2023, houve certa redução do desmatamento da Amazônia, notícia que parece revelar que já estamos dando conta dos inúmeros benefícios gerados pela floresta em pé, mas, apesar dos esforços, inclusive para o seu reflorestamento, ainda não colocamos freio na sua destruição.

Cerca de 125 milhões de hectares de vegetação nativa do bioma já foram destruídos até 2021. Apesar de inúmeros e urgentes projetos de reflorestamento que servem para evitar o risco da floresta chegar, em 2050, ao ponto de "não retorno", além de ser medida constante do compromisso do Brasil firmado no Acordo de Paris de 2015 onde se estabeleceu que 12 milhões de hectares de vegetação nativa seriam recuperados até 2030, ainda continuamos a perder a floresta também por força de aproveitamento inadequado, inclusive queimadas indevidas e incêndios criminosos.

Além, a seca hoje vivenciada no bioma da Amazônia coloca em perigo toda a biodiversidade e os esforços de reflorestamento. As comunidades isoladas da Amazônia já estão sem água e 62 municípios estão em situação e emergência. Os incêndios florestais se propagam e os rios voadores transformam-se em fumaça poluindo o ar também em outras regiões, comprometendo a vida, a fauna e a flora de todo o país.

Conviver com os impactos das mudanças climáticas e da seca não exige sacrifícios apenas das comunidades tradicionais, ribeirinhos e demais pessoas que vivem e retiram seu sustento diretamente da área afetada. Os peixes mortos dos rios da Amazônia submetidos às vazantes, o gado morto nas pastagens queimadas, a biodiversidade perdida e os gases tóxicos emitidos afetam a todos, de Norte a Sul.

Se não invertermos a lógica do desmatamento e nos conscientizarmos acerca da importância do bioma Amazônico, do Pantanal e do Cerrado e de outros biomas que sofrem com destruição maciça, destruiremos a vida sem sequer aproveitarmos os benefícios ambientais inclusive de emprego e renda que podem ser gerados.

Aguardamos, ainda sob secas e incêndios florestais, a COP30 em Belém do Pará, no próximo ano, enquanto neste ano já temos mais 300 mil pessoas afetadas pela estiagem, número que pode chegar a 1 milhão, com diversos estados já havendo declarado emergência, inclusive, o Tocantins. Esperemos que em breve possamos amainar a fumaça gerada pelo fogo e mostrar aos demais países na COP30 não apenas o reflorestamento e aproveitamento sustentável da Floresta Amazônica e dos demais biomas, mas, também, o devido enfrentamento às mudanças climáticas, reduzindo os focos de incêndio que transformam o verde em cinzas.

São Paulo tem alerta de risco elevado de incêndio renovado

A Defesa Civil do estado de São Paulo renovou o alerta de risco elevado para incêndios em vegetação até a próxima terça-feira (10). De acordo com o Mapa de Risco, ferramenta utilizada no monitoramento de queimadas, a ameaça de incêndios persiste em todas as regiões paulistas, especialmente no período de estiagem, que agrava as condições para o surgimento de focos.

O Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) destaca que o tempo seguirá seco nas regiões norte, noroeste e oeste do estado nos próximos dias. A combinação de temperaturas em alta e baixa umidade relativa do ar, que pode cair para menos de 35%, intensifica o calor e cria um ambiente propício para a propagação de incêndios. Na capital e na região metropolitana, os termômetros podem registrar até 33ºC, enquanto nas cidades de São José do Rio Preto e Araçatuba, a previsão é de 38ºC. Em Presidente Prudente e Marília, as temperaturas podem atingir 39ºC, com umidade abaixo de 15%.

Outras regiões do interior também enfrentarão calor intenso. Em Campinas, Sorocaba, Araraquara e Bauru, a máxima deve alcançar 36ºC, enquanto Franca, Barretos e Ribeirão Preto terão temperaturas de até 37ºC, com umidade abaixo de 20%. A região de Itapeva deve enfrentar 36ºC com umidade relativa de 25%, e o Vale do Paraíba verá temperaturas em torno de 33ºC, com umidade abaixo de 30%.

A situação crítica levou ao fechamento emergencial de 81 unidades de conservação desde o último domingo. A Fundação Florestal esclareceu que "a decisão foi tomada em resposta ao crescente risco de incêndios florestais, que colocam em perigo tanto os visitantes quanto as áreas de preservação". Essas áreas, situadas tanto na região metropolitana quanto no interior, permanecerão fechadas até o dia 12 de setembro, podendo reabrir antes, caso as condições climáticas melhorem. Equipes da Fundação estão atuando em prevenção, monitoramento e combate aos incêndios, além de prestar assistência às comunidades próximas.

O cenário de incêndios já se reflete em várias regiões. Segundo a Defesa Civil, há focos de incêndio na região metropolitana (Mairiporã e Jaraguá), no Vale do Paraíba (Cunha), na Região de Campinas (Monte Alegre do Sul, Bom Jesus dos Perdões, Piracicaba e Valinhos), na Região de Bauru (Dois Córregos), na Região de Marília (Pompéia), na Região de Franca (Pedregulho) e na Região de Araçatuba (Braúna e Ilha Solteira).

A situação levou à prisão de treze pessoas por envolvimento em incêndios. Na última quinta-feira (5), um homem de 34 anos foi preso em flagrante por atear fogo em um terreno na região central de Franca. Testemunhas acionaram a Guarda Municipal, que conseguiu conter as chamas sem a necessidade de apoio do Corpo de Bombeiros. Outros dois suspeitos fugiram e estão sendo procurados.

"Além deles, outras 12 pessoas foram detidas por causarem incêndio em vegetação, sendo duas delas em Franca, três em Batatais, dois em São José do Rio Preto, uma em Jales, uma em Guaraci, uma em Pindorama, uma em Salto e outra em São Bernardo do Campo", informou a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP).

A Polícia Ambiental também autuou dois homens em Porto Ferreira por acenderem uma fogueira com a intenção de limpar a vegetação. A SSP garantiu que todos os casos estão sob investigação e que, apesar da coincidência, não há relação entre os incêndios registrados.

Supermercados do Rio mantém saldo positivo na geração de empregos

O setor supermercadista do Rio de Janeiro registrou um saldo positivo na geração de empregos pelo terceiro mês consecutivo, com a criação de mais de 230 vagas formais em julho. Esse resultado, divulgado pela Associação de Supermercados do estado do Rio de Janeiro (Asserj), reflete a recuperação do setor em comparação ao mesmo período de 2023, quando foram fechados 349 postos de trabalho. O desempenho atual é considerado um avanço importante, especialmente diante da média nacional, que apontou uma taxa de desemprego de 6,8% no último trimestre, a menor desde 2014, segundo o IBGE.

Leandro Rosadas, economista e especialista em gestão de supermercados, destaca a importância desse crescimento. "O crescimento de empregos no setor supermercadista pode beneficiar tanto pequenas quanto grandes lojas de várias maneiras. Para pequenas lojas, o aumento de empregos gera mais renda na comunidade local, o que pode estimular o consumo e fortalecer o mercado. Além disso, a competitividade crescente no setor incentiva essas lojas a melhorar seus serviços e produtos, promovendo inovação e um atendimento ao cliente de qualidade", explica o especialista.

As grandes redes também se beneficiam desse cenário, pois a demanda crescente requer uma maior capacitação de novos funcionários, o que, segundo Rosadas, eleva o nível de qualificação da mão de obra e potencializa o desempenho do setor. A expansão do número de empregos também leva a avanços na infraestrutura e modernização das operações, criando um ambiente de negócios mais dinâmico e sustentável, tanto para grandes redes quanto para pequenos comerciantes.

"A geração de empregos no setor supermercadista nos últimos meses está intimamente ligada a uma melhora na performance lucrativa do setor. O aumento da confiança e da renda das famílias, combinado com a capacidade das empresas de se adaptar e explorar novas oportunidades, impulsionou o crescimento das vendas e, consequentemente, a necessidade de mais mão de obra", afirma Rosadas.

Dados do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), baseados em informações do IBGE, reforçam essa tendência. Em agosto, os supermercados apresentaram crescimento de 6,8% nas vendas em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionados pela recuperação econômica e pela modernização das operações.

"Além disso, a modernização das operações, com a adoção de novas tecnologias e a expansão do comércio eletrônico, aumentou a competitividade e a eficiência do setor. Esse cenário positivo permitiu que as empresas expandissem suas equipes para atender à crescente demanda, mostrando que o fortalecimento financeiro do setor está diretamente relacionado à criação de novos empregos", conclui Rosadas.

Com um cenário de crescimento consistente, o setor supermercadista do Rio de Janeiro mostra sinais de fortalecimento contínuo, impactando tanto as grandes redes quanto os pequenos estabelecimentos e contribuindo para a redução do desemprego no estado.Terfex ne consim elicast ilibus publiconum tus? quidemurit vit, cultis. Atidicus acto efactorum

Edvaldo Santana: 'A solução seriam as grandes hidrelétricas com grandes reservatórios'

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o atual quadro do sistema elétrico brasileiro com Edvaldo Santana, ex-diretor da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), doutor em engenharia de produção e professor titular aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O Brasil possui uma capacidade instalada muito superior ao seu consumo de energia (em julho, a carga média foi de 75,6 GW), mas mesmo assim a bandeira vermelha foi acionada. O que explica o que está acontecendo?

O ponto é que de uma capacidade instalada de 229 GW, as hidrelétricas, que produzem energia durante 24 horas, são responsáveis por 101 GW. Outra questão é que as energias eólica e solar, responsáveis por 32,4 GW e 15,7 GW, respectivamente, são fontes intermitentes, pois precisam de sol e de vento para que possam gerar energia. É por isso que toda vez que a oferta tem a predominância de fontes intermitentes, a capacidade instalada é bem maior que a demanda máxima, mas não tão maior como a nossa, que tem excesso. O que está estimulando isso são os subsídios, e não uma lógica econômica.

Nós podemos entrar em crise porque nem toda a nossa capacidade instalada produz energia o tempo inteiro. Quem pode fazer isso são as hidrelétricas, as nucleares e as termelétricas a gás, quando são despachadas de maneira inflexível, e por aí vai. Como a energia solar só gera entre 8h e 16h, e mesmo assim a geração máxima fica entre 12h e 14h30, e a energia eólica de madrugada, o sistema tem uma forte dependência das hidrelétricas, que hoje sustentam a oferta.

O problema é 2024 ou 2025?

Para este ano, são pequenas as chances de esse problema se agravar. No final de agosto, os reservatórios estavam com 55%, 56%, de volume na média, o que seria suficiente para se chegar até o início do próximo período de chuva. O problema é que os reservatórios estão se esvaziando muito rapidamente. Nesse período, o normal seria que eles esvaziassem entre 4% e 5%, mas em agosto eles esvaziaram quase 8%. Para setembro e outubro, a previsão é em torno de 10%. Isso significa que os reservatórios vão chegar no final de novembro com 34%, 35%, o que é pouco.

Em 2020, nós tivemos uma crise enorme porque, em dezembro daquele ano, os reservatórios estavam com 30%. Como não choveu, essa foi a maior escassez que tivemos no sistema elétrico. Foi pior que em 2001 e 2002, quando tivemos o racionamento. É por isso que o governo está fazendo de tudo para proteger 2025. Se chover, tudo bem, vai ter muita água, vertimento, mas é melhor fazer isso do que não ter água.

O problema é que os ciclos de seca estão cada vez menores. Para não irmos muito longe, antes do racionamento de 2001, nós tivemos o racionamento de 1986, 15 anos antes. Depois de 2001, nós tivemos a crise de 2013, 12 anos depois, 2017, 4 anos, e 2021, também 4 anos, e agora, três anos depois, nós temos a possibilidade de uma nova crise. Isso é um efeito da mudança climática.

Contudo, se despacharmos as termelétricas para resolvermos o problema, nós vamos agravar a situação. Daqui algum tempo, nós vamos voltar a essa discussão e vamos precisar despachar, novamente, as termelétricas. Isso resolve a situação, mas é uma medida medíocre, pois é cara, penaliza mais o pobre que o rico, e mais a frente vai agravar a situação, pois cria um ciclo vicioso.

A melhor solução seria premiar a pessoa que reduzir o seu consumo. Inclusive, isso, que se chama Resposta da Demanda, foi proposto, recentemente, pelos grandes consumidores, que já têm esse tipo de contrato com a ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), que pode pedir, por exemplo, o desligamento de 5 MW por 16 horas, 18 horas.

Em vez de se pagar para despachar uma termelétrica, seria melhor pagar para que os consumidores consumissem menos, o que resolve o problema sem que se aumente as emissões de CO_2 na atmosfera, mas nós continuamos tomando uma medida que resolve agora, mas piora a situação na frente.

O que o governo deveria fazer agora para corrigir essa situação, já que temos uma capacidade instalada superior ao consumo, e mesmo assim temos esse problema?

Como o Brasil vai continuar sendo, fortemente, dependente das hidrelétricas e a ter muitas dificuldades para se livrar das termelétricas, sobretudo as termelétricas a gás, uma boa maneira de se resolver essa situação, gradativamente, seria com a utilização de baterias. Em vez de se despachar as termelétricas entre 16h e 19h, baterias já carregadas injetariam energia na rede. Mesmo no Brasil, esse tipo de bateria já possui um custo bastante competitivo, além de ser uma energia limpa.

Durante o Regime Militar, os militares construíram hidrelétricas com reservatórios gigantescos, que poderiam atender por meses e mais meses mesmo com uma seca prolongada, só que neste século foram construídas as hidrelétricas a fio d'água, que possuem pequenos reservatórios ou até mesmo nem possuem reservatórios. Qual a sua avaliação sobre as hidrelétricas a fio d'água? Elas foram um erro, um acerto ou um acerto com problema de planejamento?

É bom você fazer essa pergunta, pois pouca gente fala sobre isso. Quando me perguntam sobre o que deveria ser feito, eu falo sobre as baterias, mas antes disso a primeira solução seria a construção de grandes hidrelétricas com grandes reservatórios, pois elas são grandes baterias naturais. Quem está sustentando todo o sistema são os grandes reservatórios, já que eles possuem 101 GW de energia armazenada.

A questão é que as exigências ambientais começaram a criar várias restrições para a construção de hidrelétricas com reservatórios. Por exemplo, Belo Monte teria reservatório, mas como ela não tem, ela está gerando zero de energia. Santo Antônio foi desligada nesta semana e Jirau será desligada na próxima, pois elas não têm água. Se elas tivessem reservatório, elas estariam gerando energia.

Claro, se essas três usinas tivessem reservatórios, neste momento, eles também estariam próximos de se esvaziar, já que estamos em um período de seca muito grande. Como Belo Monte, Santo Antônio e Jirau não têm reservatórios como deveriam ter, foram construídas estruturas muito caras que geram muito pouca energia. Esse é o problema.

A ironia é que vai ser mais fácil o Ministério de Meio-Ambiente aceitar a exploração de gás e óleo na Margem Equatorial do que deixar construir, por exemplo, uma grande hidrelétrica na Bacia do Tapajós, onde hoje seria a grande hidrelétrica com reservatório do país. Haveria um grande bafafá mundial contra quem quisesse construir essa usina.

Os grandes reservatórios são a solução, e não o problema. Aliás, o presidente Lula e o ministro de Minas e Energia enchem a barriga para dizer que nós temos uma matriz limpa, pois quase 90% da capacidade instalada é de energia limpa, incluindo nesse número as hidrelétricas. Se as hidrelétricas são limpas, por que não se deixa construí-las?

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/a-solucao-seriam-as-grandes-hidreletricas-com-grandes-reservatorios

Divulgação

Edvaldo Santana

ENEL CIEN S.A.
CNPJ/MF nº 01.983.856/0001-97
NIRE 33300167790
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 29 de maio de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Enel Cien S.A. ("Companhia"), na Avenida Oscar Niemeyer, nº 2000, Bloco 01, Sala 601, parte, Aqwa Corporate, Santo Cristo, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20220-297. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, por estar presente a acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença dos Acionistas. **3. Mesa:** Presidente: Rosario Zaccaria; Secretária: Maria Eduarda Fischer Alcure. **4. Ordem do Dia:** Renúncia de Jose Nunes de Almeida Neto para o cargo de Diretor de Relações Institucionais. **5. Deliberações tomadas pelo acionista presente: 5.1.** Quanto ao item único da Ordem do Dia, aprovar a renúncia do Sr. Jose Nunes de Almeida Neto, para o cargo de Diretor de Relações Institucionais da Companhia. Foi consignado, ainda, que o referido cargo ficará vago. **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pela acionista, Enel Brasil S.A., representada por sua procuradora, Maria Eduarda Fischer Alcure, pelo Diretor-Presidente e Presidente da Assembleia, Rosario Zaccaria, e pela Secretária da Assembleia, Maria Eduarda Fischer Alcure. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Rio de Janeiro, 29 de maio de 2024. Rosario Zaccaria - Presidente da Assembleia, Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. Acionista Presente: Enel Brasil S.A. - p.p. Maria Eduarda Fischer Alcure. JUCERJA em 09/08/2024 sob o nº 6388946. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

SIGABAM - SINDICATO DOS GARÇONS, BARMEN E MAITRES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

SIGABAM - Sindicato dos Garçons, Barmen e Maitres do Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ nº 32.087.918/0001-06, através da sua Presidente que esta subscreve, Nilma Patricio Costa, convoca os membros da categoria profissional representada, quais sejam, Garçons, Barmen e Maitres, garçonetes, atendentes de mesa de restaurantes e atendentes de mesa de restaurantes self service, que exerçam a função de garçons e cumins na base territorial do Estado do Rio de Janeiro e, ainda, os membros da categoria profissional pretendida, quais sejam, trabalhadores em bares e restaurantes, autônomos ou com vínculo empregatício, que atuam em função da sala, bar, balcão, copa, cozinha e administrativo, na base territorial do Município do Rio de Janeiro, com exceção dos trabalhadores nas empresas de refeições coletivas, de fornecimento de refeições prontas ou congeladas, em empresas de fornecimento de tickets, vales refeições, refeições a quilo, cestas básicas, em empresas de refeições para serem servidas à bordo das aeronaves, em empresas de refeições rápidas (fast food), lanchonetes e em cozinhas industriais a comparecerem à Assembleia Geral de Alteração Estatutária, a ser realizada no dia 07 de outubro de 2024, às 09h30 horas, em primeira convocação, e às 10h00 horas em segunda e última convocação, na Rua Visconde de Inhauma, número 134, salas 724 e 725, Centro, munícipio do Rio de Janeiro/RJ, CEP 200091-007, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I – Alteração da categoria para incluir os trabalhadores em bares e restaurantes e alteração da base territorial de estadual para municipal; II - Alteração da denominação do sindicato; e III - Alteração do Estatuto Social. Rio de Janeiro/RJ, 06 de setembro de 2024.
Nilma Patricio Costa. Presidente do SIGABAM.

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário Tribunal de Justiça Regional da Barra da Tijuca Cartório da 7ª Vara Cível Av. Luiz Carlos Prestes, S/N CEP: 22775-055 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ e-mail: btj07vciv@tjrj.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO

Com o prazo de vinte dias. O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Marcelo Nobre de Almeida - Juiz Titular do Cartório da 7ª Vara Cível da Regional da Barra da Tijuca, RJ, **FAZ SABER** aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Luiz Carlos Prestes, S/N CEP: 22775-055 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ e-mail: btj07vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica - Pagamento, de nº 0005297-35.2023.8.19.0209, movida por MARCO ANTÔNIO ECKART em face de LEANDRO RAMOS PEDROSA; NATHALIA RAMOS PEDROSA. Assim, pelo presente edital **CITA** os réus LEANDRO RAMOS PEDROSA e NATHALIA RAMOS PEDROSA, que se encontram em lugar incerto e desconhecido, para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo-lhe, outrossim, a advertência de que, no silêncio, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados na petição. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, aos dezenove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro. Eu, ____ Quecia Barbosa Gondim Andrade - Analista Judiciário - Matr. 01/30634, digitei. E eu, ____ Livia Guimaraes Stelmann - Chefe de Serventia - Matr. 01/30612, o subscrevo.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME N° 18.593.815/0001-97 - NIRE nº 33.3.0031102-5

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2024, às 14:00 horas. 5.1. O Conselho de Administração analisou o parecer favorável do Comitê de Auditoria, que recomendou a apreciação das Informações Trimestrais da Companhia ("ITR") para o segundo trimestre de 2024. 5.2. Cumpre consignar que o Conselho de Administração participa das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria durante as reuniões ordinárias deste órgão, realizadas ao longo do segundo trimestre de 2024. 5.3. Ainda, em cumprimento ao Estatuto Social Companhia, os membros do Conselho de Administração apreciaram e discutiram as Informações Trimestrais da Companhia ("ITR"), referentes ao segundo trimestre de 2024, período encerrado em 30 de junho de 2024, bem como o relatório emitido e assinado pelos auditores independentes (representada pela empresa Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda), não havendo impedimento para sua divulgação, sendo certo que consignação dos votos estão arquivados na Plataforma de Governança da Companhia. 5.4. Por fim, o Conselho de Administração aprova, por unanimidade, a divulgação na presente data dos resultados - Informações Trimestrais da Companhia - referentes ao segundo trimestre de 2024. **Em observância ao artigo 289 da Lei 6.404/76, informamos que a íntegra se encontra no site da companhia e neste jornal na versão digital, a qual poderá ser acessada por meio do link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/**
Rio de Janeiro, 29 de Agosto de 2024.

FERROPORT LOGÍSTICA COMERCIAL EXPORTADORA S.A.
CNPJ: 08.807.683/0001-03
AUDITORIA AMBIENTAL

FERROPORT LOGÍSTICA COMERCIAL EXPORTADORA S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 26/01/20224, Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2023 para as atividades de recebimento e estocagem de granéis sólidos minerais, unidade de transferência de granéis sólidos minerais, pátio de estocagem, ponte de acesso, píer de carregamento e descarregamento de granéis sólidos minerais, áreas de utilidades e oficina, área administrativa, dragagem de manutenção de calado de acesso, navegação, bacia de evolução e berço de atracação, transbordo de resíduos de embarcações e atividades de carregamento de alimentos, insumos e água potável nas embarcações, e informa que este estará à disposição para consulta na Fazenda Saco D'Antas s/n - Porto do Açu no município de São João da Barra, no período de 16/09/2024 a 20/09/2024, no horário das 9h às 16h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo SEI-070022/000003/2024)

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 07.737.623/0001-90 - NIRE 33.3.0027725-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da A!Bodytech Participações S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") no dia 13/09/2024, às 17:00, de modo exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** aprovar a alteração do endereço da sede administrativa da Companhia, bem como reformar o artigo 3º do Estatuto Social para constar o novo endereço; **(ii)** sujeito à aprovação do item (i), aprovar a consolidação do Estatuto Social; e **(iii)** autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias objeto da Ordem do Dia. A AGE ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "*Zoom*". Os acionistas que desejarem participar da AGE deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail juridico.empresarial@bodytech.com.br. Rio de Janeiro, 04/09/2024. Alexandre Accioly - Presidente do Conselho de Administração

---

AASSERJ - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CNPJ: 30.904.593/0001-81

Pelo presente Edital de Convocação, nos termos do Regimento Interno e do Estatuto Social em vigor, ficam todos os associados da AASSERJ - Associação dos Servidores Estaduais do Rio de Janeiro convidados a participar da Assembleia Geral Extraordinária – AGE que se realizará no dia 17 de setembro de 2024 às 13h, na Sede Social da Entidade, localizada na Rua Senador Dantas nº 71, sobreloja 201 (parte), Centro/Cinelândia, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031- 202, tendo por objetivo deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Aprovar a mudança da Sede Social para a Rua Senador Dantas nº 71, sobreloja 201 (parte), Centro/Cinelândia, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031- 202; 2) Retificar o endereço no Estatuto Social da AASSERJ; 3) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 07 de setembro de 2024.
Maurício Corrêa Santos Presidente Executivo

Com consumo em baixa, inflação já afeta confiança dos paulistanos

Frente ao cenário econômico ainda marcado por incertezas, as famílias paulistanas seguem com pé no freio no consumo e expectativas cautelosas sobre o futuro. É o que mostram o Índice Confiança e do Consumidor (ICC) e o Índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), ambos medidos pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP).

O ICC, que avalia as perspectivas dos consumidores no presente, atingiu 127,3 pontos em agosto, queda de 2,9% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Paralelamente, o Índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) manteve-se praticamente estável, com 106,7 pontos. Trata-se de uma leve queda em comparação aos 106,8 pontos marcados em julho. Alguns subindicadores que compõem o índice mostram um cenário de cautela: o de perspectiva profissional, por exemplo, caiu 15,5% em relação ao ano passado, enquanto o de perspectiva de consumo retraiu 9,2%.

Segundo a Fecomércio-SP, dentre os fatores macroeconômicos que influenciam a confiança atual da população paulistana, destacam-se o mercado de trabalho aquecido e o ganho real da renda. No entanto, a inflação persistente e a depreciação do real frente ao dólar têm gerado um ambiente de dúvidas.

O resultado do ICC é sustentado, principalmente, pelo Índice das Condições Econômicas Atuais (Icea), que mede o contexto familiar no momento da pesquisa. Em agosto, o indicador permaneceu estável (117,9 pontos), embora tenha crescido 7,4% na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Em contraste, o Índice de Expectativas do Consumidor (IEC) caiu timidamente (0,6%),atingindo 133,5 pontos. A redução anual do IEC foi mais acentuada, chegando a 8%, o que reflete um enfraquecimento das expectativas futuras dos consumidores.

O ICF também revelou uma desaceleração no consumo atual e uma leve alta no acesso ao crédito, embora ainda abaixo dos 100 pontos, indicando um pessimismo contínuo. A segmentação por faixa de renda aponta uma queda significativa na perspectiva de emprego para aqueles que ganham até 10 salários mínimos, enquanto os que recebem acima dessa quantia experimentaram uma alta mensal.

Em nota, a entidade "recomenda que os empresários reavaliem os custos operacionais e busquem alternativas para melhorar a relação entre custo e benefício para os clientes, além de considerar investimentos em tecnologias para aprimorar a eficiência operacional e formar parcerias estratégicas."

Já o Índice Nacional de Confiança (INC), elaborado para a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) pela PiniOn, alcançou, em agosto, a 100 pontos, mantendo estabilidade em relação a julho, porém diminuindo 2,9%, na comparação com o mesmo mês do ano passado.

O nível alcançado pelo INC mostra estabilidade na zona neutra, com valores abaixo de 100 indicando pessimismo e valores acima de 100, otimismo. A pesquisa foi conduzida com uma amostra de 1.679 famílias em todo o país, incluindo capitais e cidades do interior.

Em termos regionais, houve aumento da confiança em todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste. Em termos de classes socioeconômicas, houve diminuição do índice nas classes AB e DE e aumento na C.

As famílias tiveram deterioração na percepção em relação à situação financeira atual, agravado pela diminuição da segurança no emprego, embora suas expectativas para o futuro tenham permanecido Ulisses Ruiz de Gamboa, economista da ACSP, explica que "a queda na confiança em relação à situação econômica atual fez com que as pessoas se mostrassem menos dispostas a comprar itens de maior valor, como carros e imóveis, e também a adquirir bens duráveis, como geladeiras e fogões". Ruiz de Gamboa acrescenta que, por outro lado, a intenção de investir, que está mais ligada às expectativas para o futuro, se manteve estável.

"Em síntese, o INC de agosto mostrou, de forma geral, estabilidade, mantendo-se no campo neutro, em termos de confiança. A resiliência da inflação e a manutenção de juros ainda elevados, por um lado, que contribui para a deterioração da confiança, e, por outro, o mercado de trabalho aquecido, que afeta positivamente a percepção em quanto à situação financeira das famílias, parecem compensar-se, resultando na manutenção do índice", diz a associação.

ENEVA S.A.
CNPJ/ME nº 04.423.567/0001-21
NIRE 33.3.0028402-8
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os senhores acionistas da Eneva S.A. ("Companhia" ou "Eneva") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada às 11h00 horas do dia 30 setembro de 2024, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica "Zoom", em linha com o parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e com a Resolução CVM nº 81/22, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** deliberar sobre o Protocolo e Justificação celebrado entre a administração da Eneva e a administração da BTG Pactual Holding Participações S.A. ("BTGP") tendo por objeto a cisão parcial da BTGP e a subsequente incorporação do acervo líquido cindido pela Eneva, nos termos dos artigos 224, 225 e 229 da Lei das S.A. ("Protocolo" e "Reorganização Societária"), autorizando-se os administradores da Eneva a praticarem todos os atos necessários à efetivação da Reorganização Societária; **(ii)** ratificar a nomeação e contratação da Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. como empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor econômico-financeiro, do acervo líquido cindido de BTGP a ser incorporado ao patrimônio da Eneva em decorrência da Reorganização Societária ("Laudo de Avaliação"); **(iii)** deliberar sobre o Laudo de Avaliação; e **(iv)** em decorrência da Reorganização Societária, e sujeito à sua consumação, autorizar (a) o aumento do capital social da Eneva, com a emissão de bônus de subscrição a serem conferidos como vantagem adicional, nos termos e condições do Protocolo; e (b) a alteração do caput do art. 5º do estatuto social da Eneva para refletir o aumento do seu capital social e sua respectiva consolidação, observadas as regras de ajuste previstas no Protocolo. **Informações Gerais:** Os acionistas poderão participar da AGE virtualmente, por meio da plataforma digital "Zoom", nos termos descritos abaixo e conforme as instruções detalhadas contidas na proposta da administração e manual de participação em assembleia divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração e Manual"). Solicitamos aos acionistas que verifiquem, além disso, as regras previstas na Resolução CVM nº 81/22. Os acionistas que optarem por participar virtualmente da AGE, que será realizada exclusivamente por meio da Plataforma "Zoom", deverão enviar à Companhia, por meio do e-mail assembleia@eneva.com.br, com antecedência mínima de 48 horas da realização da AGE (isto é, até às 11h00 horas (horário de Brasília) do dia 28 de setembro de 2024), pedido de acesso ao sistema eletrônico de participação e cópias digitalizadas dos seguintes documentos, conforme o caso: **(i)** Pessoas Físicas: documento de identificação com foto do acionista. **(ii)** Pessoas Jurídicas: (a) versão mais recente do estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores, registrado no órgão competente; (b) demais documentos societários que comprovem os poderes de representação dos representantes legais do acionista como atas de eleição e termos de posse, por exemplo; e (c) documento de identidade com foto dos representantes legais do acionista. **(iii)** Fundos de Investimento: (a) versão mais recente do regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores; (b) versão mais recente do estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores, registrado no órgão competente, do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, e documentos societários que comprovem os poderes para representação do fundo; e (c) documento de identidade com foto dos representantes legais do administrador ou do gestor, conforme o caso. Além dos documentos listados acima, para fins de comprovação da titularidade de suas ações, os acionistas deverão enviar comprovante emitido pelo custodiante ou pelo escriturador das ações de emissão da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central. O acionista que seja pessoa física poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano que seja (i) acionista; (ii) advogado; (iii) instituição financeira; ou (iv) administrador da Companhia. O acionista que seja pessoa jurídica ou fundo de investimento poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso, ainda que este não seja acionista, advogado, instituição financeira ou administrador da Companhia, em linha com o entendimento da Comissão de Valores Mobiliários sobre o tema. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado e data, bem como o objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou, alternativamente, assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), ou assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. Para facilitar a participação dos acionistas, a Companhia dispensará a notarização, consularização/apostilamento e tradução juramentada para português dos documentos expedidos fora do país. É necessário, contudo, que haja identificação clara do nome do signatário dos documentos apresentados, para fins de comprovação dos poderes, e que documentos em língua estrangeira estejam acompanhados de tradução livre para a língua portuguesa. Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na assembleia digital e não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na AGE. As informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar na AGE, incluindo informações para acesso e utilização do sistema por meio do qual será realizada a AGE, estão disponíveis na Proposta da Administração e Manual. Por fim, os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGE, incluindo a Proposta da Administração e Manual, se encontram disponíveis na sede da Companhia, no site de relações com investidores da Companhia (ri.eneva.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br). Rio de Janeiro, 6 de setembro de 2024 Henri Philippe Reichstul - Presidente do Conselho de Administração da Eneva S.A.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

CBR 174 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - CNPJ 52.059.361/0001-07, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do processo nº EIS-PRO-2024/15398, a Licença Ambiental Municipal de Instalação para demolição de edificações, situadas à Rua Doutor Manuel Cotrim, nº 195 e 177 – Sampaio, Rio de Janeiro – RJ.

COMPANHIA PORTUÁRIA BAÍA DE SEPETIBA
CNPJ/MF 72.372.998/0001-66 - NIRE 33.3.0015821-9
(Companhia Fechada)

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA CONCORRÊNCIA PRIVADA SERVIÇOS PORTUÁRIOS DE EMBARQUE DE MINÉRIO DE FERRO PARA EXPORTAÇÃO

A Companhia Portuária Baía de Sepetiba ("CPBS"), de acordo com o Contrato de Arrendamento celebrado com a Companhia Docas do Rio de Janeiro (Contrato DEPJUR nº 155/1996), por meio do qual se comprometeu a realizar a movimentação mínima anual de minério de ferro oriundo de mineradoras que não a sua controladora, a Vale S.A. ("VALE"), informa às mineradoras interessadas, que a partir desta data até o dia 13 de setembro de 2024, poderão obter o Edital completo e o Contrato de Serviços Portuários com a CPBS, através do e-mail: bruna.borges@vale.com

As propostas vencedoras serão aquelas que, atendendo aos critérios mínimos de contratação estabelecidos pelo Edital completo, preferencialmente, não se enquadrarem ainda nas seguintes condições:

a. Empresa ou participante de consórcio vencedores de Oferta Pública do período imediatamente anterior, nos terminais arrendados no Porto de Itaguaí: CPBS e CSN;

b. Empresa ou consórcio que assumiu, por motivo de recusa ou incapacidade da vencedora, o total ou saldo superior a 50% do lote ofertado, no período imediatamente anterior, em qualquer um dos terminais arrendados no Porto Público de Itaguaí: CPBS e CSN;

c. Empresa ou participante de consórcio vencedores da Oferta Pública no terminal arrendado à CSN no Porto Público de Itaguaí no mesmo período.

Aplicada a preferência prevista nos itens acima, caso existam duas ou mais ofertantes na mesma situação classificatória, as propostas vencedoras serão aquelas que, atendendo aos critérios mínimos de contratação aqui estabelecidos, oferte os melhores preços para o embarque do minério de ferro de acordo com a quantidade fixa para cada cota estabelecida devendo ser declaradas vencedoras pela CPBS as duas propostas com os valores de preço mais altos. Caso, ainda assim, permaneça o empate entre duas ou mais propostas de preço, haverá uma nova rodada de tomada de preço, onde a melhor oferta será declarada a vencedora. Em permanecendo o empate entre duas ou mais propostas de preço, a classificação entre elas será definida por sorteio, realizado em ato público, para o qual as participantes selecionadas tenham sido convocadas.

WLM

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF Nº 33.228.024/0001-51 - NIRE: 33300031359

FATO RELEVANTE

Aquisição da Supermac Máquinas e Caminhões da Amazônia LTDA., concessionária de veículos da marca Scania

A **WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.** ("Companhia" ou "WLM"), em atendimento ao disposto no artigo 157, §4º da Lei nº 6.404 de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), à Resolução CVM nº 44 de 23 de agosto de 2021 e ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, faz saber aos seus acionistas e ao mercado em geral que, na presente data, 05 de setembro de 2024, celebrou **Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças** ("CCVQ"), com Joaquim Rodrigues Viana, CPF de nº 046.156.542-00 e Theodoro Lauand Filho, CPF de nº 127.727.637-49 ("Sócios Fundadores" ou "Proprietários"), para aquisição, pela WLM, de 100% (cem por cento) da participação societária da **Supermac Máquinas e Caminhões da Amazônia LTDA.** ("Supermac"), sociedade inscrita no CNPJ de nº 03.966.062/0001-40 ("Operação"). Considerando o potencial das áreas de atuação da Supermac, assim como os números contábeis verificados, a administração da Companhia entende que a realização da Operação trará novas oportunidades de expansão dos negócios da WLM, ampliação da base de clientes e acréscimo de receita recorrente para a Companhia. O preço de aquisição da Operação, sujeito ao ajuste de fechamento (conforme previsto no CCVQ), foi definido em **R$ 48.567.362,43 (quarenta e oito milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos)**, e deverá ser pago em uma parcela, em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da Alteração do Contrato Social da Supermac que formaliza a Operação ("ACS Fechamento") na Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA. A conclusão da Operação está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais nesse tipo de operação, incluindo a submissão à aprovação do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. A administração da Companhia informa que a Operação não está sujeita à aprovação pela Assembleia Geral, nos termos do art. 256, da Lei das S.A. Por fim, a WLM manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre eventuais desdobramentos acerca deste Fato Relevante.

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2024.
WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.
Leandro Cardoso Massa
Diretor de Relações com Investidores

Transações com CCBt e crédito colateralizado em títulos públicos

O Banco Central aprovou dois casos de uso propostos pelo consórcio da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) para a segunda fase do piloto Drex. São eles transações com cédula de crédito bancário (CCBt) e crédito colateralizado em títulos públicos (Smart Contract para uso de ativos como garantia).

Segundo a presidente da ABBC, Sílvia Scorsato, as diretrizes do Consórcio ABBC estão alinhadas com as do Banco Central na implementação do Drex, dentro da agenda de inovação. O objetivo é ampliar o acesso da população a produtos financeiros com menores custos, além de promover maior concorrência e eficiência no sistema financeiro. "Este grupo está sendo fundamental para ampliar a participação de instituições financeiras no desenvolvimento do Drex, promovendo um ambiente plural. Acreditamos que essa troca de experiências e conhecimentos é essencial para construir um sistema financeiro mais moderno e acessível a todos", afirma.

O diretor de Inovação e Serviços da ABBC, Euricion Murari, explica que as propostas enviadas pelo Consórcio ABBC seguiram algumas premissas relevantes pela pluralidade das suas Associadas. "Buscamos propostas que fossem aderentes e comuns a todas as nossas instituições financeiras, e que pudessem ter a maior possibilidade de aplicações de acordo com as características individuais de negócio", diz.

O caso de transações com Cédula de Crédito Bancário (CCBt) envolve a emissão de um token de Cédula de Crédito Bancário (CCB), sua negociação no mercado (por meio de um swap bilateral da CCB tokenizada por determinada quantidade de reais tokenizados) e sua liquidação no vencimento, com a devida compensação financeira.

A Cédula de Crédito Bancário (CCB) foi escolhida como ativo por ser amplamente negociada no mercado financeiro atualmente, sendo comum nas operações da maioria das instituições.

O outro é o de crédito colateralizado em títulos públicos (Smart Contract para uso de Ativos como Garantia) e engloba o desenvolvimento do smart contract que viabilize o uso de ativos tokenizados como garantia em operações. A ideia é inicialmente trabalhar com Títulos Públicos Federais (TPFs) já utilizados na primeira fase, como garantia em operações.

Neste caso, são enxergadas três principais funções: bloqueio do ativo (os ativos permaneceriam atrelados à carteira do cliente final, mas teriam negociação ou resgate impossibilitados); liberação do ativo (parcial ou total, conforme condições predefinidas quando o ativo foi dado como garantia); e liquidação do ativo (execução da garantia, com transferência do ativo para a carteira da instituição financeira).